

# **Crenças de Proprietários Rurais sobre a Preservação da Vegetação Nativa Além das Exigências Legais no Cerrado Brasileiro**

## **RESUMO**

### **Introdução**

O Cerrado é um dos biomas mais biodiversos do mundo e essencial para a regulação climática e hídrica. No entanto, grande parte da vegetação remanescente ainda pode ser legalmente convertida em áreas agrícolas pelo Código Florestal (Strassburg et., 2017). Esse contexto cria tensão entre a produção agropecuária e a conservação ambiental, exigindo políticas inovadoras. Compreender as crenças dos proprietários sobre preservar além da lei é crucial para orientar estratégias eficazes e promover a sustentabilidade no bioma

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Apesar da relevância ecológica do Cerrado, cerca de 40% da vegetação ainda pode ser legalmente suprimida, gerando ameaças à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos (Strassburg et., 2017). Pouco se sabe sobre os fatores cognitivos e sociais que influenciam a decisão dos proprietários em conservar além das exigências legais. O estudo busca identificar crenças comportamentais, normativas e de controle que fundamentam a disposição dos produtores para a preservação voluntária

### **Fundamentação Teórica**

A Teoria do Comportamento Planejado (TPB) (Ajzen, 1991) sustenta que a intenção, principal preditor do comportamento, é moldada por atitudes, normas subjetivas e controle percebido, derivados de crenças específicas. Esse arcabouço tem sido amplamente aplicado em estudos de adoção de práticas agrícolas sustentáveis, restauração florestal e uso racional de insumos. Assim, a elicitación de crenças fornece informações fundamentais para orientar programas de conservação e políticas de incentivos

### **Metodologia**

Foi realizado um estudo qualitativo com 21 proprietários rurais de Mato Grosso do Sul, selecionados por conveniência devido à sensibilidade do tema. O questionário, baseado na TPB, abordou vantagens, desvantagens, aprovação social e fatores facilitadores ou barreiras à preservação além do Código Florestal. As respostas foram submetidas a análise de conteúdo e frequência, garantindo saturação teórica e validade interpretativa dos resultados

### **Análise e Discussão dos Resultados**

Foram identificadas 30 crenças salientes: vantagens ambientais (proteção de recursos, microclima, paisagem), mas desvantagens ligadas a perdas de renda e valor da terra. Normativamente, a aprovação viria de ambientalistas, ONGs e sociedade urbana, enquanto desaprovção de pares do setor agrícola. Como facilitadores, destacaram-se incentivos financeiros e políticas públicas; já barreiras incluíram receio de vigilância estatal e perda de direitos sobre a terra, revelando forte tensão política

### **Considerações Finais**

O estudo mostra que preservar além do exigido é visto como ambientalmente positivo, mas economicamente oneroso. Incentivos financeiros, como pagamento por serviços ambientais, redução de impostos e crédito rural diferenciado, são cruciais para estimular a adesão, embora devam ser desenhados para evitar concentração de benefícios e efeitos indesejados. Estratégias mais efetivas devem integrar atores diversos, contemplar a percepção política dos proprietários e reforçar a confiança nas instituições

### **Referências**

Ajzen I (1991) The theory of planned behavior. *Organ Behav Hum Decis Process* 50(2):179-211. Strassburg BB, et. al (2017) Moment of truth for the Cerrado hotspot. *Nat Ecol Evol* 1.4:0099

**Palavras-Chave:** Código Florestal / Teoria do Comportamento Planejado / Serviços Ambientais